

## **A Grande Mãe e a Ausência do Pai: A Prisão Religiosa à Luz da Psicanálise e das Escrituras**

*Por Carlos Colect*

Vivemos tempos em que muitas instituições religiosas se tornaram cárceres simbólicos. Em nome da fé, se propagam medos, se impõem dogmas humanos e se restringe o desenvolvimento espiritual livre do indivíduo. O que vemos, em muitos casos, é um excesso de função materna: um tipo de acolhimento que, em vez de promover vida, sufoca, aprisiona e infantiliza. Uma maternidade espiritual distorcida, que acolhe para controlar, que nutre para dominar, que abraça para impedir o crescimento.

Na linguagem bíblica e profética, esse excesso se manifesta na figura simbólica da Babilônia, a grande meretriz, descrita em Apocalipse 17:5, como: “a mãe das prostituições e das abominações da terra.”

Babilônia não é apenas um império político, mas um sistema espiritual perverso, que se traveste de maternidade, mas que aprisiona os filhos. É a mãe devoradora da psicanálise, a figura arquetípica da instituição religiosa que se tornou totalitária, que deseja reter seus membros sob sua jurisdição inquestionável. Ela diz: “Sem mim, você não vive. Sem mim, você está em rebelião.” Assim, em nome da espiritualidade, se perpetua a dependência e o medo — e não a maturidade.

Esse fenômeno revela o colapso da função paterna, ou melhor, sua ausência. Na estrutura simbólica da vida, como ensina a psicanálise, a função materna é fundamental nos primeiros estágios: é o cuidado, o acolhimento, a sustentação da vida. Mas ela precisa ceder espaço ao pai, que representa a lei, o limite, a separação saudável, a direção.

O pai simbólico é aquele que interdita a simbiose entre mãe e filho, permitindo que ambos se tornem sujeitos, livres para amar e existir. Sem essa interdição, o filho permanece preso ao desejo materno, impedido de viver por si mesmo. E quando a instituição religiosa se estabelece como única fonte de sentido, voz final sobre a vida e a salvação, ela recusa a função paterna e se torna uma mãe onipotente — e, portanto, destrutiva.

É contra essa prisão que Jesus ergue a sua voz.

Ao longo dos Evangelhos, a imagem do Pai é central na mensagem de Cristo. Desde sua oração modelo — “Pai Nosso, que estás nos céus” (Mateus 6:9) — até suas afirmações mais contundentes:

Ninguém vem ao **Pai** senão por mim (João 14:6); Vosso **Pai** sabe do que necessitais (Mateus 6:32); Se vós, sendo maus, sabeis dar boas dádivas aos vossos filhos, quanto mais o **vosso Pai** (Mateus 7:11). (Grifos meus)

A função messiânica, arquetípica, é introduzir o Pai. Jesus não veio fundar uma nova religião, mas revelar o acesso ao Pai — um acesso que não depende da mediação opressora de sistemas religiosos adoecidos.

Em Mateus 23:4, Ele denuncia os líderes religiosos de seu tempo: “Atam fardos pesados e difíceis de suportar, e os põem sobre os ombros dos homens; eles, porém, nem com o dedo querem movê-los.” E completa, no mesmo capítulo: “A ninguém chameis vosso pai sobre a terra, porque um só é o vosso Pai, o qual está nos céus” (Mateus 23:9).

Ele quebra a cadeia de dependência simbólica com a instituição e restaura a filiação direta com o Pai. O discurso de Jesus é a fala do Pai dizendo, como em Êxodo 4:22-23: “Deixa o meu povo ir, para que me sirva.”

Como Moisés diante de Faraó, Jesus confronta a mãe institucional que escraviza e anuncia a liberdade dos filhos: “Deixa meus filhos irem”. O Egito, nessa chave simbólica, é a maternidade dominadora que impede o povo de viver para o Pai.

Hoje, vemos muitos órfãos funcionais dentro das igrejas. Chamam Deus de Pai, mas continuam presos ao seio simbólico da instituição, não por amor, mas por medo. Não podem faltar a um culto sem culpa, não podem decidir por si mesmos sem serem acusados de rebeldia. A fé tornou-se um cativo.

Contudo, todo aquele que tem uma revelação genuína do Pai se levanta. A verdadeira filiação rompe com a escravidão religiosa. A função paterna introduz a lei — não como jugo, mas como limite amoroso que possibilita a liberdade. Pois, como afirma a tradição hebraica, a verdadeira lei está no princípio de Tzedakah (justiça) e Mishpatim (retidão) — não nos dogmas humanos, mas na essência da vida com Deus.

Portanto, não se trata de fechar instituições, mas de romper com o vínculo simbiótico que prende a alma ao medo. A função da instituição deve ser materna no começo — acolher — mas precisa dar lugar ao Pai. Toda espiritualidade saudável leva o sujeito ao Pai. Toda religiosidade doente o mantém preso à mãe.

A mentalidade messiânica apresenta o Pai. E todo aquele que a possui, liberta-se da grande meretriz, e caminha, livre, como filho.